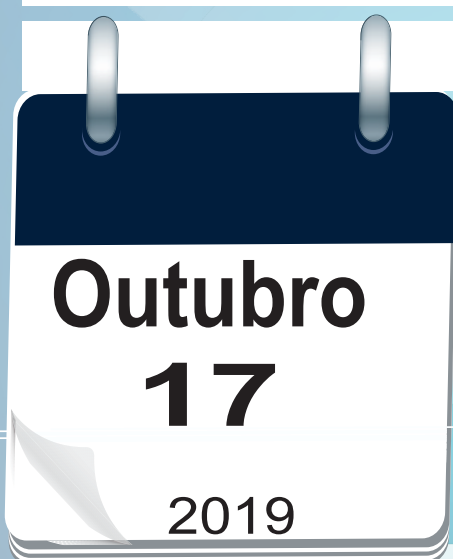


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Rombo da previdência pode inviabilizar Estado

Goiás tem hoje mais inativos do que ativos, o que compromete arrecadação de contribuições previdenciárias; rombo se aproxima de R\$ 3 bi ao ano

Welliton Carlos

Os debates sobre reforma da previdência ainda não chegaram de fato aos Estados. Após aprovar a emenda constitucional da reforma que abrange os servidores federais e demais trabalhadores de regime geral, o Governo Federal encerrou a discussão no Senado.

Jair Bolsonaro e Paulo Guedes esperam agora economizar R\$ 100 bilhões em dez anos – nos últimos dias de debate no Congresso Nacional, caiu por terra a economia que seria realizada de R\$ 80 bilhões com o abono salarial.

Sobrou, assim, para estados como Goiás realizar com urgência reformas estruturantes da previdência. Caso não ocorram, as contas centrais dos estados podem ser inviabilizadas de forma irreversível. O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) diz respeito aos servidores públicos dos estados e municípios, que, diferente dos federais, ainda estão sustentados pelo modelo antigo.

Conforme o Governo de Goiás, o Regime Próprio de Previdência Social do servidor público estadual já contabiliza um rombo de R\$ 2,6 bilhões. Ao mês, Goiás tem um déficit de R\$ 240 milhões.

De acordo com técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a situação tende a se agravar se o governo deixar passar a oportunidade de ajustar as contas, fator que prejudicará Goiás na contração de empréstimos e recebimento de recursos do Governo Federal.

O próprio TCE tem indicado que ocorreu a duplicação de aportes do Tesouro Estadual nos últimos quatro anos para estancar a sangria. Ou seja, a cada mês tiramos mais dinheiro da conta geral do Estado para garantir o pagamento dos inativos.

Uma volta no tempo mostra que as gestões anteriores empurraram para debaixo do tapete o problema: em 2016, por exemplo, o valor do rombo foi de R\$ 1,6 bilhão.

Já o Resultado Previdenciário de 2017, por exemplo, fechou com R\$ 2,23 bilhões negativos. Em 2018, Goiás teve um déficit de R\$ 2,5 bi. E agora a previsão é de que chegue a R\$ 2,9 bilhões. Hoje, o déficit já equivale a quase duas vezes a receita mensal.

INATIVOS CRECEM

A questão mais grave é a progressão no número de inativos: na atualidade, existem 66 mil inativos em face de 63 mil ativos. O aumento de aposentados ocorre nos últimos anos:



Palácio Pedro Ludovico: sede do governo de Goiás

no início da década passada eram 70 mil ativos e 31 mil inativos. Em 2018, Goiás aposentou 2.700 pessoas entre civis e militares. No mesmo período, foram concedidas 820 pensões.

A conta é simples, mas o resultado não é agradável: saíram de cena cerca de 3500 servidores. Mas não entraram nem 10% deste número para o quadro efetivo do Estado. Não bastasse cair a qualidade do serviço público, um fato gravíssimo é naturalmente identificado: não existe efetivo novo para aumentar as contribuições. A redução contributiva significa, isto sim, a necessidade de aumentar o valor da contribuição.

A tendência é que a conta negativa aumente substancialmente, o que poderá afetar sistemicamente tan-

to serviços públicos quanto as contas do Estado – hoje, com uma dívida federal de R\$ 20 bilhões.

Em Goiás, a questão cria um paradoxo: gasta-se mais com quem já não está ativo. Logo, a qualidade do serviço público passa a ser uma prioridade menor do que pagar as aposentadorias.

O gasto com previdência já é maior do que investimentos em várias áreas prioritárias, como os direitos sociais. Compromete também investimentos em segurança pública e educação.

ROMBO

A bomba-relógio da previdência goiana tem similares em outros estados – caso de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A dívida nacional chega a R\$ 99

bilhões, segundo dados preliminares da Secretaria da Previdência.

Em Goiás, os debates para a aprovação da reforma estão ainda no início. O deputado estadual Alysson Lima (Republicanos) diz que é favorável aos ajustes, desde que respeite a Constituição.

Já o deputado Zé Carapô (DC), diz que o tema é complexo, já que envolve interesses. Ele ressalta que vários deputados, que devem apreciar o tema, são servidores públicos, daí a necessidade do debate ser o mais franco possível.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Lissauer Vieira (PSB), defendeu durante a reforma da previdência dos servidores federais a inclusão dos servidores públicos goianos.



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Desoneração da tarifa pode ser bancada com parcela da arrecadação do Detran

Após uma série de negociações, a Companhia Municipal de Transporte Coletivo e a Secretaria Estadual de Economia chegaram ontem a um acordo sobre a proposta de desoneração da tarifa do transporte coletivo. A minuta de projeto de lei prevê a criação do Fundo Metropolitano de Mobilidade Urbana (FMMU), previsto para bancar gratuidades, investimentos em melhorias nos serviços e redução do preço da passagem em cerca de 50 centavos, a partir da destinação de 20% a 30% da arrecadação do Detran, à exceção das multas de trânsito. Atendendo a demanda do governo, o fundo também será abastecido por receitas obtidas por municípios da região metropolitana de Goiânia a partir da cobrança de estacionamentos rotativos e taxas cobradas de serviços de táxi, transportes por aplicativos e da exploração de locação de veículos licenciados em outros Estados. O texto prevê que a cota de contribuição de cada cidade seja definida pela Câmara Deliberativa do Transporte Coletivo e só depende agora do sinal verde do governador Ronaldo Caiado (DEM) para ser enviado à Assembleia.



Seduc reduz 3 mil servidores

EDUCAÇÃO Órgão encerra 8.381 contratos temporários e convoca 5.290 em cargos administrativos e professores. Apesar de diminuição, titular da pasta diz que não há prejuízo às escolas do Estado

Jéssica Torres
jessica.torres@opopular.com.br

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) encerrou 8.381 contratos temporários entre janeiro e a primeira quinzena de outubro deste ano e convocou 5.290 profissionais para substituição no mesmo período. Apesar da redução de 3.091 posições no quadro de funcionários, a titular da pasta, Fátima Gavioli nega prejuízos para as escolas devido à reestruturação do órgão e aponta investigação para apurar casos de centenas de servidores "fantasmas".

A publicação da exoneração em massa no Diário Oficial, embora em andamento desde janeiro, foi realizada apenas no último dia 9. Segundo a assessora da Seduc, isto ocorreu com intuito de mostrar transparência. Muitos casos, no entanto, de acordo com a secretária do órgão se tratam de contratos que já estavam vencendo. "A lei aprovada em Goiás nos últimos anos prevê que o contrato temporário do setor administrativo não ultrapasse mais de um ano e o professor não passe mais que três anos", detalha.

A secretária explica que, ao assumir o cargo, preferiu aguardar a volta das férias dos funcionários que tinham contrato até julho para realizar a transição. O objetivo, diz ela, é para não atrapalhar o ano letivo. Enquanto isso, segundo Fátima, foi aberto um processo seletivo em fevereiro deste ano, que ocorreu em março e a partir de abril começou a chamar os escolhidos gradativamente. "Não achamos correto exonerar antes das férias, então esperamos eles voltarem e começamos a publicar as exonerações. Daí, a partir de agosto, à medida que vai exonerando vamos convocando os próximos do seletivo", aponta.

Nesta conta a secretária afirma que apesar de haver a redução, nenhuma escola do Estado saiu prejudicada. Isso devido a uma reestruturação. "Com a união das escolas que têm poucos alunos e a municipalização do 1º ao 5º ano, houve uma redução de quase 4 mil contratos, que segue dentro do princípio da economia que fazemos", justifica. "Eu só vou colocar professores pra dentro (da Seduc) de acordo com a necessidade e aqui na secretária não temos indícios de estar faltando gente, mas é muito volátil, toda hora chegam casos pontuais que precisamos colocar mais alguém, pela rotatividade que acaba acontecendo."

CENÁRIO ESCOLAR

O POPULAR entrou em contato com sete escolas da capital e do interior para tratar do assunto. Diretores de duas delas aceitaram repassar informações. Os relatos foram de que a reestruturação trouxe mudanças no quadro, mas vistas como positivas. O Colégio Estadual João Carneiro dos Santos, que fica em Senador Canedo, por exemplo, foi um deles. "Foram exonerados três professores no último dia 10, sendo um agrônomo, um engenheiro e outro que tinha apenas o ensino médio completo", relata o diretor da unidade Edimar Pereira da Silva.

No lugar deles, Silva conta que entraram profissionais com graduação na área, sendo dois matemáticos e um biólogo. "Os substitutos vêm de um processo

3.091

foi a redução no número de servidores na Seduc decorrentes da reestruturação iniciada em janeiro deste ano



Secretária de Educação Fátima Gavioli defende alterações na estrutura

Exoneração em massa

Após rescisões de contratos temporários, Seduc faz recolocação de profissionais da área da Educação em escolas públicas do Estado. Veja as mudanças:

- Publicação no Diário Oficial: 9 de outubro de 2019
- Número total de contratos encerrados: 8.381
- Profissionais exonerados de cargos administrativos: 3.400
- Professores que saíram: 4.981
- Número total de

- profissionais chamados: 5.290
- Funcionários em cargos administrativos que entraram: 2.706
- Professores que entraram: 2.584

Fonte: Secretaria de Estado da Educação (Seduc)

seletivo realizado no ano passado. Apesar de não haver a convocação deles oficialmente, já nos repassaram outros profissionais para não ficarmos com déficit no quadro", diz. No total, o colégio público tem dez professores, entre eles sete são concursados. "Foi uma mudança que traz impacto, mas foi necessária", avalla.

No Colégio Estadual José Ludovico de Almeida, localizado em Anápolis, de acordo com a

diretora da unidade, Lillian Lulza Perelra, cinco professores temporários foram exonerados na última semana e para repor esta lacuna, outros já entraram no lugar.

"Alguns podem ser recontraçados, mas para isto existe um prazo legal, e enquanto isso precisamos destes que entraram com urgência porque se falta um no dia já faz muita diferença", diz a diretora. Segundo ela, outros

“Eu só vou colocar professores pra dentro (da Seduc) de acordo com a necessidade e aqui na secretária não temos indícios de estar faltando gente”

Fátima Gavioli, titular da Seduc

profissionais devem ser substituídos ao longo dos próximos meses. "Não poderia acontecer mesmo de uma vez só, porque se não traria problemas. No próximo mês está prevista a saída de mais três", afirma.

A escola, que atende um total de mil alunos, de acordo com Lillian, tem 72 funcionários contratados, mas apenas 35 deles são efetivos. Ao contrário do que deveria acontecer, a maioria deles trabalha em regime temporário. "O ideal seria a maioria ou todos que fazem parte da equipe virem por concurso público", lamenta. Deste número, 45 são professores na unidade e apenas 20 deles trabalham em regime efetivo.

"O problema é que toda hora vence um contrato e daí até pegar o jeito, muitos deles já têm de sair, o que não é nada positivo para nós", aponta Lillian. "O setor administrativo é um dos mais difíceis, que demanda um tempo maior de aprendizagem e a saída anual atrapalha o rendimento", exemplifica. "Já para os temporários, existem também outras desvantagens, como o salário 40% menor do que aqueles que estão efetivados", acrescenta.

Sintego aponta necessidade de concursos em Goiás

Após a publicação da rescisão de mais de 8 mil contratos temporários na última quarta-feira (9), pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), a tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás (Sintego), Iêda Leal, diz que encara como negativa a forma como são feitas as substituições. Isto porque, segundo ela, para o contrato temporário existe um processo seletivo simplificado "que o governo tem que ficar fazendo no lugar de concurso público".

Ela aponta que enquanto na entrada via concurso público não se tem data para saída, o outro possui. "Gera uma instabilidade grande para os profissio-

nais", avalla.

Iêda informa que há décadas não é realizado concurso público para servidores administrativos da Seduc, o que ocorre, embora em menor tempo, no caso dos professores.

Conforme informado pela Seduc, o último concurso público da pasta para professor foi realizado em 2010, sendo que em 2018 houve uma seleção específica para as disciplinas de química, física, biologia e matemática. Para administrativo, a secretária informa que o último concurso foi em 1998.

A secretária da pasta, Fátima Gavioli, aponta que foram convocados 530 professores recente-

mente, mas apenas 380 tinham diploma, o restante fez o concurso, mas não tinha graduação.

Questionada sobre a data para um novo concurso, ela diz que não há cronograma definido. "Assim que tivermos margem fiscal faremos, mas não há previsão porque dependo disso". Enquanto isso, algumas escolas estão com mais funcionários temporários do que efetivos, segundo Fátima, o que não é ideal.

O Sintego aponta que um dos prejuízos causados pela situação é que até mesmo para eleições para diretores só é possível acontecer quando a maioria do quadro for de concursados. (Colaborou Carla Guimarães)

4 perguntas para Fátima Gavioli

Titular da Seduc fala sobre suspeitas de funcionários fantasmas dentro do órgão

1 - Como está a apuração de possíveis funcionários fantasmas? Existiram mesmo casos assim e algum já foi comprovado?
Existiram sim estes casos e nós estamos apurando. Alguns nós já chegamos à conclusão dos processos.

2 - Quantos?
Não tenho este número, mas é muita gente. O que é um fantasma? É uma pessoa que recebeu e você procura saber onde está e ninguém consegue localizar estas pessoas. Estamos identificando caso a

caso, e aí abre o procedimento administrativo, encaminha para instância responsável de apurar e tudo está correndo em sigilo agora, porque o processo está dentro de uma auditoria.

3 - Mas há uma média? Chega a ser centenas? Mais de cem?
Sim. São mais de cem. Agora precisamos saber quantos destes casos, por exemplo, a pessoa faleceu e não voltou, ou foram embora.

4 - Há casos também de servidores aposentados e que estavam na folha?
O que acontece de fato é que quando sai no Diário Oficial a exoneração deles, ainda demora de 3 a 4 meses e eles continuam recebendo, mas daí não se trata de má-fé, aí é culpa do Estado que precisaria ser mais célere.



Orçamento de 2020 prevê convocação

Governador destaca que o grupo denominado de pessoal e encargos sociais é o mais significativo a proposta

Venceslau Pimentel

O governador Ronaldo Caiado (DEM) reservou, no texto do projeto que trata da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, recursos para bancar a nomeação de mais de 2 mil concursados da extinta Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp), que ficaram no quadro de reserva técnica. Segundo ele, trata-se do cumprimento de decisão judicial. A matéria foi lida no Plenário da Assembleia Legislativa ontem (16).

Na justificativa da LOA, o governador destaca que o grupo denominado de pessoal e encargos sociais é o mais significativo da proposta orçamentária do ano que vem, totalizando R\$ 18,66 bilhões. "Vale salientar que para o exercício de 2020, no âmbito do Poder Executivo, estão previstos apenas os impactos decorrentes da concessão do piso nacional do magistério, da nomeação do cadastro de reserva do concurso da Aganp, por força de decisão judicial, dos adicionais por tempo de serviço, do novo salário mínimo, da promoção de policiais militares e bombeiros e do INSS sobre 13º salário", explica.

A batalha judicial, entre o Estado e representantes dos concursados se arrasta desde 2006, com a realização de concurso público promovido pela Aganp, para o preenchimento de 2.633 vagas, com formação de cadastro de reserva. Houve a convocação dos aprovados, mas ficaram ociosas 440 vagas, por conta da desistência de aprovados, que optaram por nomeações em outros certames. Mesmo com o chamamento desses candidatos, ainda era necessário convocar pouco mais de dois candidatos do cadastro de reserva. Para tanto, o Ministério Público Estadual entrou no caso, pedindo as nomeações.

Em novembro de 2013, a juíza da 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual, Suelenita Soares Correia, determinou que o Estado de Goiás nomeasse e em-



Governo deixou claro, na justificativa, que medida atende a decisão judicial. Concurso foi realizado em 2006

possasse todos os candidatos aprovados no cadastro de reserva técnica dos concursos públicos regidos pelos editais nº 1, nº 2 e nº 3, da Aganp, totalizando 2 mil pessoas.

Conforme material divulgado à época no site do Tribunal de Justiça, os três certames já haviam selecionado 2,63 mil candidatos aos cargos de gestor governamental, assistentes e analistas de gestão administrativa. Destaca que, para resguardar o direito dos candidatos aprovados de serem nomeados, na iminência de expirar o prazo de validade dos concursos, o então chefe do Executivo editou, em 2007, um decreto que convocava parte do pessoal classificado na reserva técnica para assumir as 440 vagas remanescentes. Porém, o MP lembrou que ainda existiam mais de 2 mil candidatos aprovados.

Foi então que o MP ajuizou ação civil pública, assegurando que com novas vagas surgindo durante o prazo de validade dos concursos, pelo que foi oferecido no edital, reservava aos aprovados o direito de serem nomeados. No

entanto, para a Aganp alegava que os candidatos aprovados em concurso em cadastro de reserva tinham "uma mera expectativa de direito à nomeação". Mas esse argumento foi rebatido pela juíza, que disse entender que se tratava de direito líquido e certo, a partir do momento em que, dentro do prazo, há contratação de pessoal para o preenchimento de vagas existentes, as quais os aprovados estariam aptos a ocupar.

Já em agosto passado, a 78ª Promotoria de Justiça de Goiânia requereu à 2ª Vara da Fazenda Pública Estadual da capital o cumprimento de acordo que obriga o Estado de Goiás a convocar e nomear os candidatos aprovados no cadastro de reserva dos concursos da Agência. O promotor de Justiça Fernando Krebs, em substituição na 78ª Promotoria de Justiça de Goiânia, indicou que a convocação fosse feita dentro do prazo de 15 dias, mas de 1.146 candidatos aprovados, até que se alcance o total definido na sentença, que transitou em julgado em fevereiro deste ano.

Calamidade financeira em processo de reversão

O projeto da LOA estima receita para 2020 de R\$ 29,38 bilhões, e fixa a despesa em R\$ 32,98 bilhões. Há, portanto, a previsão de um déficit orçamentário de R\$ 3,59 bilhões. Ele afirma que a dificuldade de equalização dessa situação remonta ao crescimento das despesas obrigatórias, especialmente as de pessoal e encargos sociais e do crescente gasto do Tesouro Estadual com a cobertura do déficit previdenciário, estimado em R\$ 2,9 bilhões.

Mesmo diante desse cenário, Ronaldo Caiado reitera seu compromisso com as normas de transparência e compliance público, com os direitos adquiridos dos servidores, com a qualidade na prestação dos serviços à população, com a descentralização dos serviços de saúde, com o desenvolvimento regional e com a segurança pública.

Para tanto, explica que tem atuado mediante a adoção de medidas pautadas pela sustentabilidade fiscal e aptas a equilibrar o orçamento estadual, tais como a busca pelo cresci-

mento das receitas tributárias, já evidenciado no exercício de 2019, o combate à sonegação fiscal, a contenção do crescimento da despesa de pessoal e a otimização de contratos. "Considerando todos os aspectos citados, destaca-se o empenho desta gestão com a previsão de metas realistas frente ao atual cenário econômico-fiscal, com o reequilíbrio das contas públicas e com a reversão do quadro de calamidade financeira decretado no corrente ano".

Em janeiro deste, o governador decretou estado de calamidade financeira, que vigorou até julho, mas que foi estendido até é janeiro de 2020. A decisão se deu, segundo alegou, em razão da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em junho, autorizando o Estado a ter benefícios do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), somada à lei estadual 20.511, editada em julho.

Ainda segundo Caiado, a medida foi necessária, apesar de já ser perceptível a melhora da situação fiscal, por conta das medidas adotadas para enfrentar a crise financeira. **(Especial para O Hoje)**



Médicos do HDT exigem saída da OS que administra o hospital

Mais de 30 funcionários do Hospital de Doenças Tropicais (HDT) de Goiás pediram a saída da Organização Social que administra o hospital há sete anos, o Instituto Sócrates Guanaes (ISG). A demissão de quase 50% do corpo clínico da Emergência, Reanimação e Unidade de Terapia Intensiva (UTI) na segunda-feira da semana passada (7), foi o estopim para a manifestação da última segunda-feira (14), quando o grupo entregou uma carta ao governador do Estado, ao Conselho Regional de Medicina (Cremego), ao Sindicato dos Médicos de Goiás (Simego) e a políticos ligados à carreira médica.

Conforme divulgou o jornal O Hoje, o Cremego inspecionou o hospital na última segunda-feira (14) e vai relatar a situação encontrada em um laudo, nos próximos dias. O Simego prometeu visitar a unidade ainda nesta semana. E políticos ligados à carreira médica já procuraram o grupo para manifestar apoio. Entre eles, segundo a médica infectologista da carreira estadual Marianna Tassara, os deputados estaduais Hélio de Sousa (PSDB) e Lucas Calil (PSD) e a vereadora de Goiânia Dra. Cristina Lopes (PSDB). O governo de Goiás deve receber os integrantes do grupo também nesta semana. Já ocorreu uma reunião preliminar com um assessor da governadoria, quando foi prometido que a situação será melhor investigada e o caso repassado para a Secretaria Esta-

dual de Saúde.

Os médicos reivindicam, basicamente, a manutenção do atual modelo de serviço prestado pelo hospital com dois médicos na Emergência. A administração demitiu quase 50% do corpo clínico de três áreas essenciais para o funcionamento: a Emergência, Reanimação e UTI. Desde a segunda-feira da semana passada (7), os Recursos Humanos (RH) do ISG demitiu dois médicos durante o plantão. Uma dermatologista às 9h, enquanto atendia um paciente e mais cinco aguardavam na espera, e outra médica às 10h, surpreendida pelo RH após sair de uma reunião.

Demissões

A administração do hospital afirma que as demissões seguiram critérios técnicos dos gestores. "O Hospital Estadual de Doenças Tropicais Dr. Anuar Auad (HDT), unidade gerenciada pelo Instituto Sócrates Guanaes (ISG), informa que com relação aos desligamentos e/ou substituições de colaboradores da unidade, são realizados seguindo critérios técnicos após rigorosa análise dos gestores imediatos. O hospital esclarece ainda que, o quadro de colaboradores mantido supre toda a necessidade operacional do HDT, garantindo a qualidade da assistência prestada aos pacientes e o cumprimento de todas as metas pactuadas em contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde - SES-GO", consta na nota.



Menores sob guarda provisória devem ser incluídos no Ipasgo

A Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) aprovou um projeto que inclui crianças sob guarda provisória no Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo). Segundo parlamentares que participaram da votação, a aprovação é justificada como mecanismo de corrigir antigas normativas que desamparavam famílias nessa situação. O projeto segue para aprovação do Governador Ronaldo Caiado.

De acordo com o deputado e autor da proposta, Humberto Aidar (MDB), a iniciativa garante a segurança das crianças que se encontram em processo de adoção. "Quando você assume a guarda provisória, automaticamente você passa a assumir também todas as responsabilidades de uma criança, e o processo de adoção pode demorar muito. A situação é injustificável", explica.

Atualmente, as famílias

que se enquadram nesta situação ficam desamparadas e o parlamentar justifica que quer corrigir o quadro. Caso sancionada, qualquer menor que esteja sob a guarda definitiva ou provisória, desde que em processo de adoção, poderá ser incluído.

A aprovação é justificada como mecanismo de corrigir antigas normativas que desamparavam famílias nessa situação

O projeto altera a Lei nº 17.477, de 25 de novembro de 2011. A norma, em seu artigo 15 inciso IV, diz que podem ser integradas apenas a criança

que esteja sob a guarda do titular, desde que em processo de adoção, ou que esteja sob a guarda judicial do titular. Ou seja, não inclui o dependente com guarda provisória.

O deputado complementa ainda, citando o artigo 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que crianças e adolescentes têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Desse modo, Humberto Aidar coloca a saúde como direito do cidadão previsto na Constituição Federal, devendo ser objeto de ações, defesa e promoção.

"As crianças não podem ficar desprotegidas de plano de saúde por causa de estarem sob guarda provisória. O presente projeto corrige tal situação, deixando expresso que, mesmo as



A ideia é dar segurança às crianças em processo de adoção

crianças que estejam sob guarda provisória, terão direito a ser dependentes para usufruir do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Goiás, o Ipasgo Saúde", justifica.

O projeto foi distribuído pelo próprio deputado Hum-

berto Aidar em abril ao deputado Henrique Arantes (PTB), durante uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). **(Higor Santana é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor de cidades Rhudy Crysthian)**



Quitação das pendências

Governo anuncia pagamento de parcelas em atraso do Transporte Escolar de 2018

16/10/2019 10:10 --- Por Felipe Cardoso ---

Assinatura do acordo ocorrerá no auditório da Seduc na tarde desta quarta-feira, 16

O Governo de Goiás — por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) — fará nesta quarta-feira, 16, a assinatura de acordo para o pagamento das parcelas em atraso do Transporte Escolar do ano de 2018. O evento será realizado às 14h30 no Auditório da sede da Seduc, no Setor Leste Vila Nova, em Goiânia.

Durante a assinatura do documento será apresentado, além dos valores já efetivamente pagos, o cronograma de pagamento das parcelas em atraso referentes a 2018.

A Seduc ressalta que os repasses do Transporte Escolar deste ano estão em dia. A assinatura do acordo contará com a presença de autoridades do Executivo estadual e de prefeitos do interior do Estado.



Contas Públicas

Previdência dos servidores de Goiás atinge maior rombo da história

16/10/2019 11:20 --- Por Rodrigo Hirose ---

Ano terminará com déficit de R\$ 2,9 bilhões no regime próprio dos funcionários públicos, mas pode chegar a R\$ 6 bilhões em dez anos, caso não seja feita uma reforma

Servidores aptos à aposentadoria nos próximos dez anos



O Regime Próprio de Previdência Social do servidor público estadual encerrará o ano com o maior rombo de sua história: R\$ 2,9 bilhões. Esse cálculo inclui servidores civis e militares do Poder Executivo. Para cobrir o déficit, o governo tira todos os meses aproximadamente R\$ 230 milhões do Tesouro do Estado – recursos que poderiam ser revertido para outras áreas, como construção de casas populares, escolas e hospitais.

Essa conta é dívida com todos os moradores de Goiás – aproximadamente 7 milhões, de acordo com os dados mais atuais disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que o déficit previdenciário custa R\$ 411,60 para cada um dos habitantes do Estado. Caso seja levada em conta apenas a população economicamente ativa, que representa cerca de 60% do total, esse valor chega a R\$ 682,60.

A continuar no atual ritmo de crescimento, em dez anos essa conta explodirá. As projeções indicam que, caso as regras de aposentadoria e pensão continuem as mesmas, em 2028 o déficit previdenciário do servidor público estadual será de R\$ 6 bilhões e consumirá R\$ 6.185,50 de cada morador do Estado – ou R\$ 10.257,90 em relação à população economicamente ativa.

O cenário foi sendo construindo ao longo do tempo e tem uma série de fatores envolvidos. O mais impactante é o aumento no número de servidores inativos – que já ultrapassam o de servidores ativos. Atualmente, são 66 mil inativos e 63 mil ativos. Em 2004, eram 80 mil ativos e 38 mil inativos.

Essa desproporção aumentará significativamente nos próximos anos. Em uma década, 5,6 mil militares estarão aptos a pedirem a transferência para a reserva remunerada. Isso corresponde a 34% da força de trabalho atual da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Entre os servidores civis do Poder Executivo, 24,6 mil estarão elegíveis para aposentadoria no mesmo período – ou 44% do total de ativos.

Com os cofres comprometidos com a folha de ativos e inativos, o Estado não tem condições de fazer concursos. Esse é um segundo fator de agravamento do quadro previdenciário. Isso porque o regime previdenciário atual é o de repartição simples: é a contribuição dos servidores em atividade que paga as aposentadorias. Com mais gente aposentada e menos trabalhando, o déficit cresce.

Fatores históricos

Fatores históricos devem entrar na conta. Até 1996, o servidor público estadual não contribuía para o Regime Próprio de Previdência Social. A aposentadoria era considerada um prêmio pelos serviços prestados. Somente naquele ano foi instituída a alíquota de 6% sobre o salário. A partir daí, a contribuição foi sendo elevada. Em 200, a Lei Complementar 29 a elevou para 11%. Em 2002, chegou a 13,25% e, em 2016, a alíquota chegou ao patamar atual, 14,25%.

Os reflexos são sentidos até hoje. Existem aproximadamente 9 mil servidores públicos estaduais inativos que nunca contribuíram para a Previdência. A aposentadoria média deles é de R\$ 6 mil. Mesmo com a alíquota atual, o déficit cresce mês a mês.

Conforme o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o brasileiro se aposenta, em média, com 58 anos de idade e dois terços com até um salário mínimo de aposentadoria. A idade média de aposentadoria no serviço público em Goiás é de 57 anos, com vencimento de R\$ 5.494,29.

Para fechar o cálculo, é preciso levar em conta que a população brasileira, e a goiana, está vivendo cada vez mais. Em 2017, 250,6 mil moradores de Goiás tinham 60 anos ou mais. Em 2030, esse número chegará a 394,2 mil.

Sem a inclusão dos Estados e municípios na Reforma da Previdência aprovada no Congresso – e que seguirá para sanção do presidente Jair Bolsonaro –, os governadores terão de enviar suas próprias reformas para as respectivas Assembleias Legislativas. Alguns desses números serão apresentados pelo governador Ronaldo Caiado aos deputados estaduais nos próximos dias, para que o governo dê início a esse inadiável debate com toda a sociedade goiana.

Na Assembleia

Escolha de relator da LOA é adiada para próxima semana

17/10/2019 07:30 Por Eduardo Pinheiro

Texto, que estima receita e fixa despesas para o exercício de 2020, apresentado pelo Governo prevê um déficit R\$ 3,59 bilhões



Plenário da Assembleia Legislativa de Goiás | Foto: Reprodução

O deputado estadual Rafael Gouveia (DC) leu, durante sessão realizada na tarde desta quarta-feira, 16, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, o projeto nº 5891/19 que trata da Lei Orçamentária Anual (LOA). Com isso, a matéria está apta a ser encaminhada para a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, na próxima terça-feira, 22. A expectativa é de que o Pastor Jefferson (Republicanos) seja designado para a relatoria

Relacionados



Relatoria da LOA deve ficar com Pastor Jefferson, mesmo relator da LDO

O texto, que estima receita e fixa despesas para o exercício de 2020, apresentado pelo Governo prevê um déficit R\$ 3,59 bilhões. Os deputados têm que analisar, emendar e votar a matéria antes do início do recesso parlamentar, previsto para começar no dia 15 de dezembro.

Para o próximo ano, o Executivo orça receita no valor global de R\$ 29,3 bilhões. Do total orçado, R\$ 28 bilhões serão para o orçamento fiscal e R\$ 1 bilhão de empresas estatais. Além disso, R\$ 16,6 bilhões são receitas desvinculadas. Para as emendas impositivas ficou acordado ainda no início do ano

0.7%.

Dos R\$ 32,9 bilhões de despesa, estimadas na LOA, R\$ 18,6 bilhões são com folha de pagamento e encargos sociais.